

O PÃO DOS POBRES DE SANTO ANTÔNIO

Porto Alegre - RS CNPJ: 92.666.015/0001-01

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)			
	Nota	31 de dez. de 2025	31 de dez. de 2024
Ativo			
Circulante		39.127.141,29	38.541.843,65
Caixa e Equivalentes de Caixa – sem restrição	3	7.173.760,45	8.178.454,66
Caixa e Equivalentes de Caixa – com restrição	3	6.593.271,46	7.087.831,50
Títulos e Valores Mobiliários	4	22.377.858,50	21.766.232,02
Contas a Receber		523.569,67	424.920,77
Outros Créditos a receber	5	2.458.681,21	1.084.404,70
Não Circulante		47.991.749,64	45.780.990,85
Realizável a Longo Prazo		66.000,00	85.500,00
Cauções		66.000,00	85.500,00
Investimentos		172.068,30	1.090.080,00
Imobilizado	6	47.753.681,34	44.605.410,85
Total do Ativo		87.118.890,93	84.322.834,50

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)			
	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Em Reais Totais
Saldos Iniciais em 01 de janeiro de 2024	66.209.314,46	3.143.442,99	69.352.757,45
Incorporação de Resultados	3.143.442,99	(3.143.442,99)	-
Superávit do Período	-	3.893.576,42	3.893.576,42
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2024	69.352.757,45	3.893.576,42	73.246.333,87
Incorporação de Resultados	3.893.576,42	(3.893.576,42)	-
Superávit do Período	-	4.011.500,91	4.011.500,91
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2025	73.246.333,87	4.011.500,91	77.257.834,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)

Nota 1. Estrutura Institucional e Objetivos (Informações Gerais).
 O Pão dos Pobres de Santo Antônio ("Entidade") é uma Fundação Diocesana pessoa jurídica de direito privado, sediada em Porto Alegre - RS, sem fins lucrativos, tem como finalidade manter uma entidade beneficente de atendimento socioeducativo integral à criança e ao adolescente empobrecido e em situação de vulnerabilidade pessoal e social, estabelecimentos anexas e outras obras de caridade, na medida de seus recursos. Entre os estabelecimentos anexas, poderá manter a Fundação Instituições de ensino primário, secundário e de aprendizagem profissional, abertas à criança e ao adolescente em geral, visando sempre o atendimento socioeducativo. Poderá manter também Escola ou Centro de Pesquisa e Educação Profissional para atuar nos níveis básicos, técnico e tecnológico, cuja oferta de cursos se adequará às demandas sociais, ao mercado de trabalho, ao mundo do trabalho e à legislação pertinente. Foi declarada entidade de utilidade pública nos níveis federal, estadual e municipal. Quanto à imunidade das contribuições sociais, como entidade filantrópica educacional e de assistência social, a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) vem sendo obtida dentro dos critérios estabelecidos pela Lei Complementar 187/2021 e pelo Decreto 11.791/2023. A Entidade realizou processo temporário de renovação tombado sob o nº 308796.10446281/2024, junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, em 21/10/2024. Mantém-se a regularidade da certificação CEBAS referente processo nº 235874.0016647/2020, conforme Portaria nº 49/2022, publicada no Diário Oficial da União em 25/05/2022, com validade de 01/01/2021 a 31/12/2024, emitida pelo Ministério da Cidadania, até o desfecho da renovação, quando será substituído. A Entidade mantém também o Registro de OSCIP, conforme Registro nº 114, junto a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis.
 As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo quando indicado de outra forma.
2.1 Base de Preparação.
 As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras (NBC TG 1000 - Pequenas e Médias Empresas) e normas para entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1), aprovadas pelo CFC. Esta base garante a correta representação da posição patrimonial, financeira e o desempenho da entidade. As demonstrações financeiras da O Pão dos Pobres de Santo Antônio, foram aprovadas pela Administração em 06/04/2026.

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa.
 Esta descrição refere-se a Caixa e Equivalentes de Caixa (ou Disponibilidades), itens do Ativo Circulante avaliados pelo valor de custo acrescido de rendimentos até o balanço.

2.3 Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa.
 Os valores baixados como perdas no exercício correspondem a títulos com vencimento até o exercício anterior, sem perspectivas de recebimento e a provisão constituída foi a média de perdas dos últimos três exercícios, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

2.4 Imobilizado.
 O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com base nas taxas mencionadas na Nota 6. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.5 Apuração do Resultado.
 O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

2.6 Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
 A Entidade revisou os valores contábeis de seus ativos, para apurar se há indicação de perda do valor recuperável, conforme estabelece o CPC 01 (R1). Não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e Bancos	30.414,41	383.537,51
Aplicações Financeiras – sem restrição	7.143.346,04	7.794.917,15
Aplicações Financeiras – com restrição	6.593.271,46	7.087.831,50
Total	13.767.031,91	15.266.286,16

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Banrisul S.A.	7.957.062,24	8.386.883,89
Banco do Brasil	-	557,84
XP Investimentos	14.117.376,49	12.364.405,09
Caixa Econômica Federal	303.419,77	1.014.385,20
Total	22.377.858,50	21.766.232,02

Os valores estão aplicados em CDBs que remuneraram à taxa de 99% a 110% do CDI, em fundos de investimentos em renda fixa e ações, ambos com liquidez imediata.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Funciança a Receber	2.199.442,79	-
Aluguéis a Receber	216.550,28	191.104,25
Outros Créditos a Receber	42.688,14	893.300,45
Total	2.458.681,21	1.084.404,70

DIRETORIA E CONTADOR		PARECER DO CONSELHO FISCAL	
Ir. Flavio Azevedo – Diretor Geral CPF 578.039.350-87	Jadir Schuartz Costa – Contador CRC-RS 080882-O	O Conselho Fiscal da Fundação Diocesana O Pão dos Pobres de Santo Antônio, Associação Civil de Direito Privado, cumprindo com o disposto no ESTATUTO, conforme Art.21, Item III, examinou o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado (Superávit ou Déficit), e demais relatórios contábeis, bem como o relatório anual circunstanciado, referentes aos exercícios findo em 31 de Dezembro de 2025 e, com base no parecer dos Auditores Independentes datado de 06 de abril de 2026, são de parecer favorável à sua aprovação.	
Ir. Clovis Trezzi – Diretor Administrativo CPF 138.370.360-49	Alfredo Eufrazio Bilo CPF 136.139.870-15		
		Lucinei José Hanauer CPF 000.822.330-04	Brial Amim Allem CPF 003.695.350-49

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Mantenedores de Porto Alegre - RS

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da O Pão dos Pobres de Santo Antônio ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da O Pão dos Pobres de Santo Antônio em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro.

Base para Opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras
 A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)			
	Nota	01/jan./25 a 31/dez./25	01/jan./24 a 31/dez./24
Receita Operacional Bruta		26.053.689,20	22.271.213,32
Receita de Locação de Bens		3.569.330,01	3.345.714,83
Receitas de Donativos Recebidos		8.150.517,22	9.070.308,86
Receitas de Gratuidades	11	10.085.594,26	8.306.897,01
Receitas Taxa Administrativa		1.390.029,73	1.548.292,62
Recursos Projetos		2.858.217,98	-
Deduções da Receita Bruta		(12.943.812,24)	(8.306.897,01)
Gratuidades Concedidas	11	(10.085.594,26)	(8.306.897,01)
Gastos com Recursos		(2.858.217,98)	-
Resultado Operacional das Atividades		13.109.876,96	13.964.316,31
Despesas Gerais e Administrativas		(12.891.300,98)	(12.824.635,04)
Despesas Administrativas		(13.484.097,81)	(14.287.080,65)
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos		592.796,83	1.462.445,61
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		218.575,98	1.139.681,27
Receitas Financeiras		3.825.644,32	2.757.077,72
Despesas Financeiras		(32.719,39)	(3.182,57)
Superávit do Período		4.011.500,91	3.893.576,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)

	Em Reais Períodos	
	01/jan./25 a 31/dez./25	01/jan./24 a 31/dez./24
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	4.011.500,91	3.893.576,42
Superávit do Período	4.011.500,91	3.893.576,42
Ajustado por:		
Depreciação/Amortização	334.950,60	286.951,03
Provisões para Contingências	(172.616,39)	(755.307,67)
Férias e Encargos a Pagar	269.388,69	278.755,45
Resultado Ajustado (Aumento)/Redução nos Ativos:	4.443.223,81	3.703.975,23
Contas a Receber	(98.648,90)	(142.097,05)
Títulos e Valores Mobiliários	(611.626,48)	747.728,34
Adiantamentos a Terceiros	-	(405.927,22)
Outros Direitos Realizáveis	(1.354.776,51)	1.646.498,97
Aumento/(Redução) dos Passivos:		
Fornecedores	(25.302,81)	(185.042,17)
Obrigações Fiscais e Tributárias	48.708,87	17.570,54
Obrigações Sociais e Trabalhistas	492.642,85	195.011,02
Recursos de Convênios	(2.178.021,87)	3.795.312,61
Outras Obrigações	349.756,18	(9.018,99)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	1.065.955,14	9.364.011,28
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(2.565.209,39)	(3.096.464,36)
Aplicações em Investimentos	918.011,70	(1.089.476,51)
Aplicações no Imobilizado	(3.633.845,97)	(2.326.512,32)
Baixas do Imobilizado	150.624,88	319.524,47
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	(2.565.209,39)	(3.096.464,36)
Aumento/(Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.499.254,25)	6.267.546,92
No Início do Exercício	15.266.286,16	8.998.739,24
No Final do Exercício	13.767.031,91	15.266.286,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA 6. Ativo Imobilizado

A composição do ativo imobilizado está demonstrada da seguinte forma:

Imobilizado	Taxa Média Depreciação	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	31.12.2025		31.12.2024	
				Valor Residual	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Imóveis	2% a 10%	38.798.448,02	(534.833,20)	38.263.614,82	38.798.448,02	(534.833,20)	38.263.614,82
Veículos de Uso	10% e 20%	914.276,82	(595.125,51)	319.151,31	816.755,29	(515.778,27)	300.977,02
Móveis e Utensílios	5% a 33,33%	2.233.467,87	(1.107.101,78)	1.126.366,09	1.700.749,14	(941.208,92)	759.540,22
Computadores e Periféricos	6,67% a 50%	1.090.688,69	(119.195,98)	971.492,71	820.571,51	(60.612,68)	759.958,83
Instalações	10% a 20%	343.040,00	(302.596,32)	40.443,68	527.590,95	(291.526,80)	236.064,15
Máquinas e Equipamentos	10% a 20%	111.581,75	(101.868,17)	9.713,58	113.288,41	(101.868,17)	11.420,24
Imobilizados Em Andamento	-	6.598.216,02	-	6.598.216,02	4.261.179,51	-	4.261.179,51
Outros	5% a 25%	449.493,01	(24.809,88)	424.683,13	17.408,26	(4.752,20)	12.656,06
Total		50.539.212,18	(2.785.530,84)	47.753.681,34	47.055.991,09	(2.450.580,24)	44.605.410,85

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada da seguinte forma:

	31.12.2024	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31.12.2025
Imóveis	38.263.614,82	-	-	-	-	38.263.614,82
Veículos de Uso	300.977,02	97.521,53	-	-	(79.347,24)	319.151,31
Móveis e Utensílios	759.540,22	407.713,17	-	125.005,56	(65.892,86)	1.126.366,09
Computadores e Periféricos	759.958,83	272.954,80	-	(2.837,62)	(58.583,30)	971.492,71
Instalações	236.064,15	38.400,00	-	(222.950,95)	(11.069,52)	40.443,68
Máquinas e Equipamentos	11.420,24	120.461,28	-	(122.167,94)	-	9.713,58
Imobilizados Em Andamento	4.261.179,51	2.264.710,44	(150.624,88)	222.950,95	-	6.598.216,02
Outros	12.656,06	432.084,75	-	-	(20.057,68)	424.683,13
Total	44.605.410,85	3.633.845,97	(150.624,88)	-	(334.950,60)	47.753.681,34

Nota 7. Ordenados e Encargos Sociais

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Salários a Pagar	889.342,00	815.031,00
Férias e Encargos a Pagar	1.672.899,39	1.403.510,70
FGTS a Recolher	260.325,13	114.918,98
INSS a Recolher	302.835,58	89.919,43
Outras Obrigações	99.856,24	39.846,69
Total	3.225.258,34	2.463.226,80

Nota 8. Recursos de Projetos em Execução

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Projetos FASC	2.870.862,79	2